



Relatório e Contas

EuroBIC Brasil **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto**

Fundo Harmonizado

31 de dezembro de 2019

Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A.

Sede: Largo Duque Cadaval, nº 17 – 1º Andar, fração J, 1200-160 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunacap.com

www.eurobic.pt

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

A constituição do Fundo foi autorizada, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em 4 de agosto de 2011, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 2/2015.

Até 27 de julho de 2017 a denominação do fundo foi "Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto" a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se "EuroBic Brasil – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto", adiante designado por "Fundo".

Em 21 de dezembro de 2019 procedeu-se, nos termos e para os efeitos dos artigos 96.º e seguintes do Regulamento da CMVM nº 2/2015, à sua transformação, até esse momento um organismo de investimento coletivo alternativo em valores mobiliários (não harmonizado), em organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (harmonizado) e passando a denominar-se por "EuroBic-Brasil Fundo de Investimento Mobiliário Aberto".

A transformação visou a simplificação da política de investimento do Fundo através do reforço dos limites de diversificação ao investimento, nomeadamente os previstos na subsecção II da secção I do capítulo II do título II do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro ("RGOIC").

Adicionalmente nesta data o Fundo alterou a periodicidade de cálculo do valor da unidade de participação, que até esse momento era semanal, para diário, conseqüentemente alterando a valorização para efeitos de subscrição ou resgate contribuindo decisivamente para o aumento da liquidez do Fundo em benefício dos seus participantes.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Gestão de Activos - SGOIC, S.A. ("sociedade gestora") e a entidade depositária dos valores mobiliários é o Banco BIC Português, S.A. ("depositário").

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A., na sua sede no Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar, fração J em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Av. António Augusto Aguiar, 132 em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt, para os clientes que tenham aderido a este serviço.

A gestão da carteira de ativos do Fundo foi, inicialmente, subcontratada pela sociedade gestora à BRZ Investimentos Ltda., que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr. 758 conj. 52, São Paulo, tendo cessado o contrato com esta entidade em 28 de fevereiro de 2018.

A partir de 1 de março de 2018, a gestão da carteira de ativos do Fundo foi subcontratada pela sociedade gestora à Tagus Investimentos Ltda. que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Praia de Botafogo, 300 – Botafogo, Rio de Janeiro.

Os serviços de gestão de carteira subcontratados consubstanciam-se, principalmente, na escolha dos ativos que compõem o patrimônio do Fundo.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, quer de rendimento fixo, quer de rendimento variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Assim, os principais ativos serão obrigações e outros títulos de dívida emitidos por empresas brasileiras e títulos de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro.

A moeda de referência do Fundo é o dólar dos Estados Unidos.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares.

Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, *american depositary receipts* (ADR's) e *exchange trade funds* (ETF's).

Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar americano, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda, em reais ou em euros.

A política de investimento do Fundo será orientada de forma a assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção, em permanência, de pelo menos dois terços do valor líquido global do Fundo aplicado em instrumentos do mercado monetário, títulos de dívida pública e privada, títulos de participação e unidades de participação de outros OIC, OEI e ETF's.

A sociedade gestora poderá efetuar cobertura de risco cambial quando entender oportuno.

O Fundo não privilegia, em termos de investimento, setores econômicos específicos.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo destina-se a investidores com tolerância ao risco que assumam uma perspectiva de valorização do seu capital no médio/longo prazo e, como tal, estejam na disposição de imobilizar as suas poupanças por um período mínimo recomendado de 3 anos.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo tem como *benchmark* a *US Dollar Libor 6 Meses + 3,00%*.

A taxa Libor 6 meses é a taxa de juro de referência para o dólar norte-americano utilizada nos mercados financeiros e reconhecida como representativa das condições de mercado, fixada diariamente para o prazo de 6 meses.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do prospeto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

As condições de investimento em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 31 de dezembro de 2019

Subscrição inicial	1500 USD	Prazo Liq. Subscrição	D+1
Investimentos adicionais	100 USD	Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões

Subscrição	0%	Gestão Fixa **	1%
Resgate **	até 180 dias - 1%	Variável **	*
	após 180 dias - 0%	Depositário **	0,20%

* 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao benchmark com high water mark, ou seja, quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses+ 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

** Sobre esta comissão recai, desde o dia 1 de janeiro de 2019, imposto de selo à taxa legal em vigor.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO – PRINCIPAIS TEMAS

Estados Unidos

O panorama do mercado norte-americano mostrou-se desanuviado ao longo do segundo semestre de 2019.

As tentativas de acordo no âmbito do *Trade War*, entre os Estados Unidos e a China, acabaram por ter um bom desfecho sendo um processo faseado cujo início, fase 1, terá a sua assinatura oficial em 15 de janeiro de 2020.

Cumprida esta primeira etapa o foco do mundo dos negócios naturalmente redirecionou-se, novamente, para o crescimento económico e os lucros das empresas, onde as notícias continuaram a ser muito positivas.

O desemprego apresentou-se em mínimos históricos, rondando a casa dos 3,8%, e os lucros apresentaram uma boa evolução, nomeadamente nas empresas do setor tecnológico.

O ano de 2020 promete trazer mais emoção tendo em consideração o calendário eleitoral de novembro, onde Trump segue como favorito, mas ainda não se sabe contra quem, do lado democrata, que se apresenta muito fragmentado e sem unidade de discurso entre os candidatos, variando desde nomes pró *business* até nomes de clara inclinação socialista (Elizabeth Warren e Bernie Sanders), o que tratando-se dos Estados Unidos, além de ser naturalmente um risco elevado, significaria um enorme retrocesso. Porém as alternativas moderadas e pró *business* (Joe Biden, Mike Bloomberg ou Pete Buttigieg) trarão mais equilíbrio ao debate interno do partido nos próximos meses.

Europa

No velho continente as coisas continuaram a seguir o caminho já observado nos meses anteriores com uma economia com fraco crescimento e uma forte dependência do enorme estímulo monetário do Banco Central Europeu.

Ouve-se cada vez mais clamores para que se implementem novos estímulos fiscais o que, no entanto, tem esbarrado na posição alemã que, além de lidar com seus próprios dogmas sobre o tema, ainda enfrenta um ambiente de relativa tensão política com a futura substituição de Angela Merkel.

Entre os diversos países, como se sabe, há discrepâncias relevantes no campo económico, com alguns apresentando bons resultados no que concerne ao mercado de emprego, tais como a Alemanha e a Holanda, e outros não tão bem, tais como a Espanha e a Itália, o que tem vindo a criar tensões políticas cada vez maiores no que diz respeito a políticas migratórias, orçamentos sociais, etc. A face mais evidente deste fenómeno foi o movimento pró-Brexit, que será definitivamente concretizado em janeiro de 2020, no entanto esta tensão tem-se espalhado noutras direções, incluindo-se aqui a Alemanha e a Itália.

Apesar deste cenário de incerteza os mercados europeus acabaram por ter uma performance positiva e em particular o setor bancário tem vindo a apresentar bons resultados e valorização. Parte disso deve-se ao facto dos juros se manterem a níveis historicamente baixos que criaram incentivos ao investimento em ativos de renda variável e por outro lado deve-se também ao facto de que com o passar do tempo o próprio sistema está aprendendo a navegar e ajustar-se a este ambiente de juros negativos conseguindo repassar parte desses custos para os seus clientes.

Este movimento de rebalanceamento de portfolio dos investidores europeus parece-nos que ainda vai durar por um bom tempo.

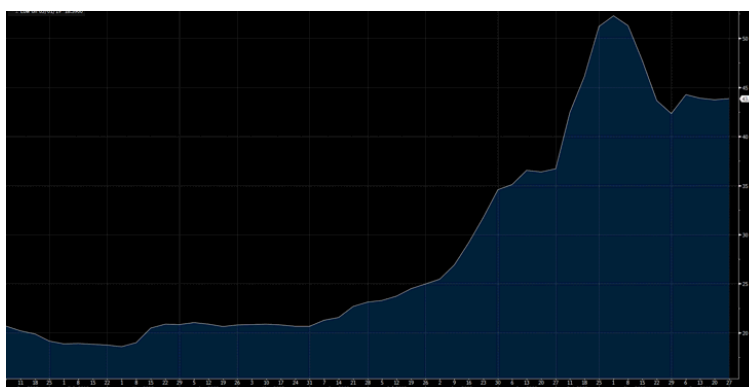
Commodities

No mercado de *commodities* o ambiente apresentou-se mais instável, durante o período, prejudicado pelas tensões resultantes do *Trade War*, não apenas pelas próprias dúvidas referentes a eventuais regras de acesso aos diferentes mercados, que vinham sendo atacados pela administração Trump, mas também pelo efeito colateral dos potenciais danos que essa postura pudesse ter sobre a procura e atividade chinesa.

Apesar do desfecho parecer apontar numa boa direção, persistem dúvidas acerca do real ritmo de atividade global e com isso permanece a pressão sobre os principais segmentos de *commodities*.

Vale a pena referir que entre os diferentes mercados de *commodities* ocorreram comportamentos também discrepantes, onde para além das preocupações anteriormente descritas, o evento da ASF (*African Swine Flu*), causou enorme dano na produção suína chinesa iniciando com isso uma busca acelerada por alternativas. O caso mais evidente foi o impacto disso nos produtores brasileiros, que gozam de enorme escala e capacidade logística no ramo de gado bovino. Com isso vislumbramos forte subida do preço da carne já como resposta a ruptura de oferta observada na China.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CARNE DE PORCO NA CHINA (2019)



Fonte: Bloomberg

Ambiente Económico Brasileiro

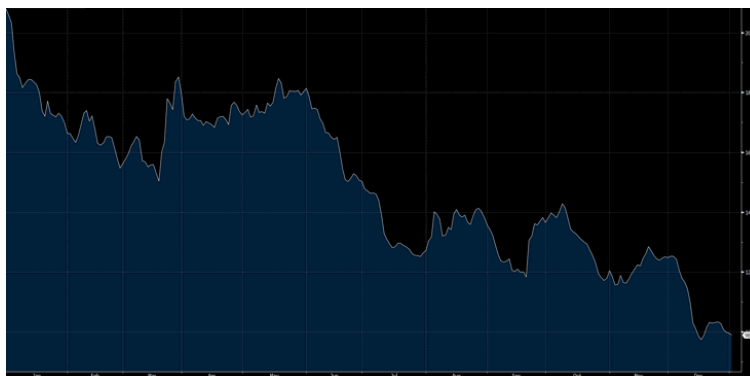
No ambiente interno o Brasil vem colhendo os frutos da agenda reformista já em andamento. O risco Brasil, medido pelo CDS, veio para a faixa de 100 pontos (aproximando-se do menor patamar histórico), a inflação brasileira segue abaixo de 4%/ano, abaixo das suas metas indicativas, pelo que diante deste quadro o juro interbancário do país veio para um patamar mínimo histórico, atingindo a surpreendente marca de 4,5%/ano.

Tudo isto é uma novidade face ao longo histórico de juros altos e ambiente macroeconómico instável que por muitas décadas assolou o Brasil.

Junte-se a este quadro de avanço reformista a disposição, do Governo, em reduzir o ritmo de gasto público em todas as suas dimensões e o reflexo secundário disso foi o reflorescimento do mercado interno de capitais, com produção de volumes importantes no mercado acionista e no mercado de dívida.

Na nossa opinião isso tornará o ambiente mais desafiador, porém também trará novas oportunidades visto que a obtenção de alfa será condicionada pela capacidade de análise microeconómica, favorecendo um trabalho de análise mais profundo e diligente.

CDS Brasil 5 anos (evolução 2019)



Fonte: Bloomberg

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Com base no anteriormente exposto seguimos confiantes com os avanços da economia brasileira e da sua agenda reformadora a longo prazo.

Independentemente de eventuais crises que possam vir a ocorrer, o facto é que a agenda de redução do tamanho do estado, na economia nacional, acompanhada de um amplo e robusto processo de privatização, traz reforçadas expectativas de melhoria de resultados e aumento de produtividade do setor privado nacional.

À luz destes temas, fizemos algumas rotações setoriais no portfolio do Fundo, procurando obter melhores prémios em obrigações de companhias menores que estivessem posicionadas em setores estratégicos da atividade nacional, tais como portos, petróleo e petroquímico.

Mantivemos a posição em *equity* próxima da carga máxima de 30%, via ETF EWZ.

Por fim mantivemos também posições compradas em reais, via título da república de 2028.

Acreditamos que os investidores estrangeiros ainda estão receosos quanto ao efetivo avanço da agenda reformista, mas na medida em que a sua implementação se concretize e os resultados sejam mais claros os capitais internacionais voltarão a avaliar e reconhecer o potencial da economia brasileira, remetendo ao país parte de suas alocações globais.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2019, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 15.259.275 USD, sendo o valor da unidade de participação de 139,5902 USD e havendo em circulação 109.314,7281 unidades de participação.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património do fundo com referência a 31 de dezembro de 2019:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	\$14 100 892
Saldo bancários	\$1 142 521
Outros Ativos	\$184 111
Total Ativos	\$15 427 524
Passivo	\$168 249
Valor Líquido do Inventário	\$15 259 275

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2019:

Mês	Valor da UP	Nº de UP's	Montante sob gestão *
janeiro	128,4090	122 119,9253	\$15 681 304
fevereiro	128,0802	122 107,4695	\$15 639 556
março	126,3494	122 107,4695	\$15 428 206
abril	127,8495	124 387,1149	\$15 902 833
maio	128,7490	124 644,1385	\$16 047 816
junho	133,2708	125 502,5720	\$16 725 837
julho	134,6985	125 502,5720	\$16 905 011
agosto	131,2836	125 477,1600	\$16 473 101
setembro	133,2210	125 465,4189	\$16 714 636
outubro	136,4649	125 441,4922	\$17 118 365
novembro	134,3558	125 494,4791	\$16 860 917
dezembro	139,5902	109 314,7281	\$15 259 275

* Valores de final de cada mês

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

	2019	2018	2017	2016	2015
Volume Total sob Gestão	\$15 259 275	\$14 712 161	\$12 168 687	\$11 087 356	\$9 250 106
Valor das UP's	\$139,5902	\$120,4951	\$119,5278	\$108,9207	\$90,9212
Nº de UP's	109 314,7281	122 097,5359	101 806,2730	101 792,8500	101 737,5195
Nº Participantes	115	29	15	14	10

Desde o início do Fundo o valor da unidade de participação teve a evolução que é descrita pelo gráfico seguidamente apresentado:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respetivamente a 163.192 USD e 32.639 USD. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 503.252 USD e 2.862.936 USD respetivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	2019	2018	2017	2016	2015
Proveitos (totais)	\$2 862 936	\$870 133	\$1 299 065	\$2 042 610	\$535 268
Custos (totais)	\$503 252	\$735 910	\$219 209	\$211 360	\$1 873 336
Comissão de gestão					
- Fixa	\$163 192	\$135 523	\$117 847	\$104 974	\$100 818
- Variável	\$135 880	\$0	\$0	\$0	\$0
Comissão de depósito	\$32 639	\$27 105	\$23 569	\$20 995	\$20 164
Comissões de transacção	\$6 014	\$5 056	\$3 324	\$10 717	\$7 002

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

De seguida apresentam-se as medidas de rentabilidade e risco do Fundo nos últimos cinco anos:

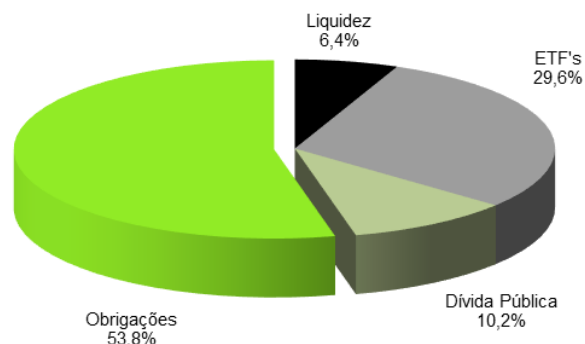
	2019	2018	2017	2016	2015
Rendibilidade	15,85%	0,81%	9,74%	19,80%	-12,65%
Risco	4	4	3	4	4

Acresce referir, dando cumprimento ao disposto no art. 72º do Regulamento nº 2/2015 da CMVM:

- a) a rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- b) As rentabilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e/ou semestre, conforme aplicável, e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- c) As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominado o Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Principais activos em carteira	%
IShares MSCI Brazil	29,55%
Dívida Pública BRASIL 2028 01 10	10,25%
CMIGBZ 9 1/4 2024 12 05	5,17%
MRFGBZ 7 2026 05 14	4,88%
KLAB 7 2049 03 04	4,73%
Total	54,58%



2.6. MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÕES PAGAS PELA SOCIEDADE GESTORA AOS SEUS COLABORADORES

No exercício de 2019 a sociedade gestora do Fundo, Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A. registou um custo total com remunerações dos seus colaboradores no montante de 360.150 € o qual se desagrega da seguinte forma:

	Colaboradores	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis
Orgãos de Gestão	3	231 000 €	-----
Colaboradores	5	129 150 €	-----
	8	360 150 €	-----

Durante o exercício de 2019 o montante total de remunerações pagas aos responsáveis pela gestão de carteiras ascendeu ao montante total de 135.100 €.

2.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2019 o Fundo não tinha posições em aberto com instrumentos derivativos.

2.8. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo durante o ano de 2019 foram os que se seguidamente se discriminam:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	\$887 810
Custos de gestão	\$299 072
Custos de depósito	\$32 639
Outros encargos, taxas e impostos	\$63 723
Custos de negociação	\$6 014
Aumento ou diminuição da conta de capital	\$547 114
Resultado Líquido	\$2 359 684
Mais ou menos valias de investimento	\$1 873 849
Alteração que afete os ativos e passivos	-\$528

2.9. PERSPETIVAS PARA 2020

O ano de 2020 poderá ser muito importante para o Brasil na medida em que muito do que foi anteriormente referido, sairá do terreno estratégico para o terreno da execução.

Assim, será possível perceber mais claramente a real qualidade da articulação política em torno desses temas, bem como a capacidade do atual governo em assegurar a implementação das suas políticas reformistas. Tudo isto se irá processar num ambiente, relativamente novo e inédito, com juros nominais, reais e inflação em patamares mínimos históricos, a saber: Taxa Selic 4,50%/ano, juro real ex-ante 1%/ano e inflação projetada 2020 3,3%/ano.

Parece estar em curso a criação de um ambiente favorável à potencialização dos pontos supracitados no que diz respeito a acesso e disseminação de linhas mais baratas e eficientes de crédito, bem como maior alavancagem para potenciais avanços de produtividade do setor privado através de processos de digitalização de suas cadeias.

Este cenário desperta os *animal spirits* privados brasileiros para o potencial de maior crescimento e melhoria das suas operações face a um ambiente amigável de crédito e com custos de financiamento extremamente baratos.

A concretização das perspetivas, anteriormente referidas, poderá ser fortemente condicionada e prejudicada pela evolução e consequências da atual crise sanitária resultante da pandemia global do vírus COVID-19 que terá necessariamente repercussões no Brasil.

O impacto potencial depende de desenvolvimentos futuros que não se podem prever com fiabilidade, incluindo as ações que forem implementadas pelo Governo, para conter ou tratar a infeção e as políticas sociais e económicas de apoio, que limitem as consequências das decisões de confinamento e afastamento social.

2.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente no valor de mercado dos ativos do Fundo, os quais sofreram já uma desvalorização significativa, tendo o valor da unidade de participação do Fundo atingido o valor de 103,16 dólares dos Estados Unidos em 28 de abril de 2020, correspondente a uma redução de 26% face ao seu valor em 31 de dezembro de 2019. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis. Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2019.

2.11. NOTAS FINAIS

O Prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da sociedade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2019
(montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)*

EUROBIC BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (Dólares dos Estados Unidos)	Valor Total (Dólares dos Estados Unidos)	% VLGF
A - Composição discriminada da carteira dos organismos de investimento coletivo (OIC)						
1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM MERCADO REGULAMENTADO						
1.3 Mercados regulamentados de Estado-membro						
1.3.1 Títulos de dívida pública						
BRAZIL 10.25 1/10/28	5 150 000	117,23%	BRL	62 014	1 563 899	10,25%
1.3.3 Obrigações diversas						
ALLLBZ 5 7/8 01/18/2	425 000	107,31%	USD	11 236	467 299	3,06%
BANBRA 6 1/4 10/29/4	680 000	101,71%	USD	8 854	700 462	4,59%
BANVOR 8 1/4 PERP	400 000	107,34%	USD	2 108	431 460	2,83%
BRFSBZ 4.35 09/29/26	255 000	103,51%	USD	2 804	266 762	1,75%
BTGPBZ 5 1/2 01/31/2	500 000	104,68%	USD	11 458	534 838	3,51%
BTGPBZ 7 3/4 02/15/2	125 000	106,11%	USD	3 633	136 268	0,89%
CMIGBZ 9 1/4 12/05/2	680 000	115,43%	USD	4 368	789 319	5,17%
CSANBZ 8 1/4 PERP	380 000	104,06%	USD	4 790	400 214	2,62%
CSNABZ 7 PERP	500 000	91,96%	USD	681	460 471	3,02%
GOLLBZ 7 01/31/25	420 000	103,81%	USD	12 250	448 235	2,94%
JUSILO 7 3/4 07/26/2	250 000	108,11%	USD	8 288	278 556	1,83%
MRFGBZ 7 05/14/26	680 000	108,61%	USD	6 082	744 637	4,88%
RUMOLX 7 3/8 2/09/24	150 000	107,85%	USD	4 333	166 106	1,09%
1.5 Mercados regulamentados de países terceiros						
1.5.3 Obrigações diversas						
BEEFBZ 6 1/2 9/20/26	510 000	106,67%	USD	9 208	553 225	3,63%
KLAB 7 04/03/49	650 000	109,32%	USD	10 996	721 550	4,73%
PETBRA 6.9 03/19/49	410 000	117,60%	USD	7 937	490 101	3,21%
UNIGE 8 3/4 10/01/26	250 000	102,36%	USD	5 408	261 303	1,71%
1.5.10 Outros instrumentos financeiros						
IShares MSCI Brazil	95 031	47,45	USD		4 509 221	29,55%
2. OUTROS VALORES						
2.2 Instrumentos financeiros estrangeiros não negociados em mercado regulamentado						
2.2.3 Obrigações diversas						
PRUPAR 7 1/2 12/31/3	340 000	103,95%	USD	0	353 413	2,32%
7. LIQUIDEZ						
7.1 À vista						
7.1.2 Depósitos à ordem						
BIC 0%			USD		1 147 222	7,52%
BIC 0%			EUR		2 963	0,02%
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR						
9.2 Valores passivos						
Valores passivos	-159 113		USD		-159 113	-1,04%
Valores passivos	-8 132		EUR		-9 136	-0,06%
B - Valor Líquido Global do OIC:					15 259 275	100,00%
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					109 314,7281	

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2019			2018	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2019	2018	
			Ativo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Ativo líquido						Ativo líquido
	CARTEIRA DE TÍTULOS						CAPITAL DO FUNDO					
21	Obrigações	3	9.135.273	536.762	(80.364)	9.591.671	10.493.091	61	Unidades de participação	1	10.931.472	12.209.753
23	Outros títulos de capital	3	3.491.247	1.017.974	-	4.509.221	3.511.764	62	Variações patrimoniais	1	(148.913)	385.376
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		12.626.520	1.554.736	(80.364)	14.100.892	14.004.855	64	Resultados transitados	1	2.117.032	1.982.809
								66	Resultado líquido do período	1	2.359.684	134.223
	DEVEDORES								TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		15.259.275	14.712.161
41	Outras contas de devedores	18	7.663	-	-	7.663	-					
	TOTAL DO VALORES A RECEBER		7.663	-	-	7.663	-					
	DISPONIBILIDADES								TERCEIROS			
12	Depósitos à ordem	3	1.142.521	-	-	1.142.521	554.530	423	Comissões a pagar	20	7.063	7.106
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		1.142.521	-	-	1.142.521	554.530	424+...+429	Outras contas de credores	20	2.073	1.854
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								TOTAL DOS VALORES A PAGAR		9.136	8.960
51	Acréscimos de proventos	19	155.615	-	-	155.615	175.071		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
52	Despesas com custo diferido	19	20.833	-	-	20.833	1.615	55	Acréscimos de custos	21	159.113	14.950
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS		176.448	-	-	176.448	176.686		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		159.113	14.950
	TOTAL DO ATIVO		13.953.152	1.554.736	(80.364)	15.427.524	14.736.071		TOTAL DO PASSIVO		168.249	23.910
									TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		15.427.524	14.736.071
	Número total de unidades de participação em circulação	1				109.314,7281	122.097,5359		Valor unitário da unidade de participação	1	139,5902	120,4951

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2019	2018	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2019	2018
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Comissões e taxas					Juros e proveitos equiparados			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	5	6.014	5.056	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	5	757.763	621.575
724+...+728	Outras, de operações correntes	5	353.889	178.478	811+818	Rendimentos de títulos e outros ativos			
	Perdas em operações financeiras					Da carteira de títulos e outros ativos	5	130.047	80.273
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	5	99.275	531.838	822+...+825	Ganhos em operações financeiras			
731+738	Outras, de operações correntes	5	1.908	1.135		Na carteira de títulos e outros ativos	5	1.970.486	167.397
739	Em operações extrapatrimoniais	5	25	80	832+833	Outros, em operações correntes	5	4.523	870
	Impostos				831+838	De operações extrapatrimoniais	5	49	18
7411+7421	Impostos sobre o rendimento	9	19.507	12.041	839	Outros proveitos e ganhos correntes		68	-
7412+7422	Impostos indiretos	9	22.038	6.930	87				
77	Outros custos e perdas correntes		596	352					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		503.252	735.910		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		2.862.936	870.133
66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se > 0)		2.359.684	134.223	66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se < 0)		-	-
	TOTAL		2.862.936	870.133		TOTAL		2.862.936	870.133
8x2/3/4/5)-(7x2/3	Resultados da carteira de títulos		656.997	85.551	D-C	Resultados eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		43	(80)	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		2.401.229	153.194
B-A	Resultados correntes		2.359.684	134.223	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do período		2.359.684	134.223

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	2019	2018
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	595.354	2.515.629
Comissão de resgate	68	-
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(2.407.923)	(106.378)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(1.812.501)	2.409.251
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	9.682.455	3.957.178
Reembolso de títulos e outros ativos	656.993	400.000
Rendimento de títulos e outros ativos	122.383	81.598
Juros e proventos similares recebidos	777.219	583.228
Outros recebimentos relacionados com a carteira	-	1.871
Pagamentos:		
Compra de títulos	(8.561.274)	(7.637.116)
Comissões de corretagem	(2.246)	(2.542)
Outras taxas e comissões	(3.768)	(2.514)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	(19.543)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	2.652.219	(2.618.297)
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos		
Operações cambiais	763	888
Pagamentos		
Operações cambiais	(799)	(1.215)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(36)	(327)
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(167.844)	(133.366)
Comissão de depósito	(33.569)	(26.673)
Impostos e taxas	(32.645)	(23.258)
Outros pagamentos correntes	(17.632)	(11.767)
Fluxo das operações de gestão corrente	(251.690)	(195.064)
Disponibilidades no início do período	554.530	958.967
Saldo dos fluxos de caixa do período	587.991	(404.437)
Disponibilidades no fim do período	1.142.521	554.530

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

A constituição do “EuroBic - Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 4 de agosto de 2011, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artigo 2º do Regulamento da CMVM nº 2/2015.

Até 27 de julho de 2017 a denominação do fundo foi “Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto” a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se “EuroBic Brasil – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto”, adiante designado por “Fundo”.

Em 21 de dezembro de 2019, a CMVM aprovou, nos termos e para os efeitos dos artigos 96.º e seguintes do Regulamento da CMVM nº 2/2015, o processo de transformação do Fundo em organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (harmonizado), passando este a denominar-se por “EuroBic - Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”.

É um Fundo, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, de rendimento fixo e variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Os principais ativos serão obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares. Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, American depositary receipts (ADRs) e Exchange-trade funds (ETFs). Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar dos Estados Unidos, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda, em reais ou em euros.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de Banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português S.A. (EuroBIC).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

1. CAPITAL DO FUNDO

O patrimônio do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cem dólares dos Estados Unidos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte (até 21 de dezembro de 2019, era o valor que fosse apurado na avaliação semanal do Fundo imediatamente seguinte ao dia do pedido), pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante os exercícios de 2018 e 2019 foi o seguinte:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.180.627	5.251	902.953	1.079.856	12.168.687	101.806,2730	119,5278
Subscrições	2.119.847	395.782	-	-	2.515.629	21.198,4711	118,6702
Resgates	(90.721)	(15.657)	-	-	(106.378)	(907,2082)	117,2586
Transferências	-	-	1.079.856	(1.079.856)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	134.223	134.223	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.209.753	385.376	1.982.809	134.223	14.712.161	122.097,5359	120,4951
Subscrições	459.606	135.747	-	-	595.353	4.596,0600	129,5355
Resgates	(1.737.887)	(670.036)	-	-	(2.407.923)	(17.378,8678)	138,5546
Transferências	-	-	134.223	(134.223)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	2.359.684	2.359.684	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.931.472	(148.913)	2.117.032	2.359.684	15.259.275	109.314,7281	139,5902

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2017 a 2019, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2019	Março	15.428.206	126,3494	122.107,4695
	Junho	16.725.837	133,2708	125.502,5720
	Setembro	16.714.636	133,2210	125.465,4189
	Dezembro	15.259.275	139,5902	109.314,7281
2018	Março	13.536.859	120,0062	112.801,3039
	Junho	12.611.559	111,8623	112.741,8076
	Setembro	14.010.352	114,3457	122.526,2666
	Dezembro	14.712.161	120,4951	122.097,5359
2017	Março	11.587.779	113,8218	101.806,2730
	Junho	11.489.791	112,8593	101.806,2730
	Setembro	12.142.539	119,2710	101.806,2730
	Dezembro	12.168.687	119,5278	101.806,2730

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresentava o seguinte detalhe:

	2019	2018
Superior a 25%	2	2
Entre 10% e 25%	1	1
Até 1%	112	26
Total de participantes	115	29

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Fundo era detido por 115 e 29 participantes, respetivamente. Nos termos do artigo 17º da Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo), o qual esteve em vigor até 1 de janeiro de 2019, as unidades de participação do Fundo deviam estar dispersas por um número mínimo de 30 participantes.

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

O volume de transações ocorrido durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida pública	-	1.842.486	-	549.938	-	2.392.424
Outros fundos públicos e equiparados	-	-	-	539.375	-	539.375
Obrigações diversas	-	5.757.015	-	7.696.138	-	13.453.153
Outros títulos de capital	961.772	-	894.259	-	1.856.032	-
	961.772	7.599.501	894.259	8.785.452	1.856.032	16.384.953

	2018					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida pública	-	-	-	649.600	-	649.600
Outros fundos públicos e equiparados	-	-	-	-	-	-
Obrigações diversas	-	5.518.880	-	3.307.578	-	8.826.458
Outros títulos de capital	2.118.236	-	-	-	2.118.236	-
	2.118.236	5.518.880	-	3.957.178	2.118.236	9.476.058

Em 2019 e 2018, o valor das subscrições ascendeu a 595.353 dólares dos Estados Unidos e 2.515.629 dólares dos Estados Unidos, respetivamente (Nota 1).

Em 2019 e 2018, o valor dos resgates ascendeu a 2.407.923 dólares dos Estados Unidos e 106.378 dólares dos Estados Unidos, respetivamente (Nota 1).

O Fundo não cobra comissões de subscrição. Por outro lado, apenas é cobrada comissão de resgate, caso o resgate seja efetuado até 180 dias após a data de subscrição (inclusive). A comissão de resgate cobrada é de 1% sobre o valor do resgate. Em 2019 foi cobrada uma comissão de resgate no montante de 68 dólares dos Estados Unidos. Em 2018 não foi cobrada qualquer comissão de resgate.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentado nos Anexos I e II, respectivamente.

O investimento do Fundo em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo ascendia a 4.509.221 euros (29,55% do valor líquido global do Fundo). Na sequência da sua transformação em Fundo harmonizado ocorrida em 21 de dezembro de 2019 (ver “Introdução”), o Fundo passou a estar sujeito ao cumprimento do limite previsto no nº 1 do artigo 177.º da Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual estabelece que o Fundo não pode investir mais de 20% do seu valor líquido global em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo. Esta situação foi regularizada no dia 28 de abril de 2020, com a venda parcial do referido organismo de investimento coletivo. É convicção do Conselho de Administração da Sociedade Gestora que não resultarão quaisquer contingências para o Fundo decorrentes do incumprimento deste limite.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante os exercícios de 2018 e 2019 foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	958.967
. Reduções	<u>(404.437)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	554.530
. Aumentos	587.991
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.142.521</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos à ordem estavam domiciliados junto do EuroBIC e eram essencialmente denominados em dólares dos Estados Unidos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 19), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Rendimento de títulos

A rubrica de rendimento de títulos e outros ativos corresponde a dividendos, os quais são registados na demonstração dos resultados do período em que são atribuídos pelo emitente.

d) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização são valorizados com base no valor médio das ofertas de compra e de venda firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg (até 21 de dezembro de 2019 estes ativos eram valorizados com base no valor de ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor de ofertas de compra “BID” difundidas através dos mesmos sistemas internacionais de informação de cotações). Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações; e
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras – na carteira de títulos e outros ativos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

e) Valorização das unidades de participação

Até 21 de dezembro de 2019, o valor de cada unidade de participação era calculado semanalmente, no segundo dia útil de cada semana dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. Para efeitos exclusivos de obtenção de um valor da unidade de participação no final de cada ano civil, era calculado um valor da unidade de participação no último dia de cada ano civil, sendo que tal valor não tinha qualquer relevância para efeitos de subscrições e resgates do Fundo, exceto no caso de essa data coincidir com o segundo dia útil de cada semana.

Após 21 de dezembro de 2019, o valor da unidade de participação passou a ser calculado diariamente.

O valor líquido global do Fundo corresponde ao somatório das rubricas de unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do Fundo. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 1,00% sobre o valor líquido global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente, e uma componente variável de 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark* com *high water mark*. Esta comissão é devida quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a *US Dollar Libor 6 Meses + 3,00%* em cada ano após a constituição do Fundo.

Caso a rentabilidade não seja atingida num determinado período, não havendo direito à cobrança da comissão de performance, no período seguinte esta será apurada relativamente ao objetivo traçado, acrescentando-lhe ainda a obrigatoriedade de recuperar a diferença para o objetivo não alcançado no período anterior e assim sucessivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a rentabilidade acumulada do Fundo era superior à do *benchmark* pelo que foi registado um acréscimo de custos relativo à comissão de performance, no montante de 141.315 euros (Nota 21), incluindo o respetivo Imposto do Selo.

A comissão de gestão é registada na rubrica "Comissões e taxas – Outras, de operações correntes" da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica "Comissões a pagar" do balanço.

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,20% sobre o valor líquido global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente.

A comissão de depósito é registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês e registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras de operações correntes”. A taxa mensal aplicável ao Fundo é de 0,0026%, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 euros e 20.000 euros, respetivamente. Com a alteração em 21 de dezembro de 2019 para fundo harmonizado a taxa aplicável passou a ser 0,0012%.

Sobre a taxa de supervisão, acresce a majoração, ao abrigo da Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e do artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.

i) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não denominados em dólares dos Estados Unidos são convertidos para dólares dos Estados Unidos com base no câmbio indicativo para as operações à vista (*fixing*) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

	2019							
	Ganhos de capital			Juros			Dividendos	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total		
	(Nota 19)							
Operações à vista:								
Obrigações	553.404	487.138	1.040.542	602.148	155.615	757.763	-	1.798.305
Outros títulos de capital	780.585	149.359	929.944	-	-	-	130.047	1.059.991
Outros ganhos	-	3.000	3.000	-	-	-	-	3.000
Depósitos	-	1.523	1.523	-	-	-	-	1.523
Operações cambiais	-	49	49	-	-	-	-	49
	<u>1.333.989</u>	<u>641.069</u>	<u>1.975.058</u>	<u>602.148</u>	<u>155.615</u>	<u>757.763</u>	<u>130.047</u>	<u>2.862.868</u>

	2018							
	Ganhos de capital			Juros			Dividendos	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total		
	(Nota 19)							
Operações à vista:								
Obrigações	56.263	1.125	57.388	446.504	175.071	621.575	-	678.963
Outros títulos de capital	110.009	-	110.009	-	-	-	80.273	190.282
Depósitos	-	870	870	-	-	-	-	870
Operações cambiais	-	18	18	-	-	-	-	18
	<u>166.272</u>	<u>2.013</u>	<u>168.285</u>	<u>446.504</u>	<u>175.071</u>	<u>621.575</u>	<u>80.273</u>	<u>870.133</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

Este regime apresenta uma taxa de 0,0125%, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (taxa de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

A Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, veio estabelecer que a partir de 1 de janeiro de 2019 as comissões de gestão e depósito suportadas pelo Fundo estão sujeitas a Imposto do Selo à taxa legalmente em vigor. Em 2019, a taxa de imposto do selo em vigor foi de 4%.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica da demonstração dos resultados de “Impostos” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Impostos sobre o rendimento - Impostos pagos no estrangeiro:		
. Dividendos	19.507	12.041
Impostos indiretos pagos em Portugal - Imposto do Selo	22.038	6.930
	<u>41.545</u>	<u>18.971</u>

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2019, o Fundo detinha obrigações da República Federativa do Brasil no montante de 1.563.899 dólares dos Estados Unidos (incluindo juros corridos) expressos em reais do Brasil e depósitos à ordem no montante de 2.963 dólares dos Estados Unidos expressos em euros. Em 31 de dezembro de 2018 o Fundo detinha depósitos à ordem de 1.109 dólares dos Estados Unidos expressos em euros.

Nestas datas, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa apresentavam a seguinte composição (inclui juros corridos):

Maturidade	Valor da carteira	
	2019	2018
Até 1 ano	-	664.765
De 1 a 3 anos	-	1.523.172
De 3 a 5 anos	2.169.033	2.944.651
De 5 a 7 anos	2.741.462	1.867.846
Superior a 7 anos	4.857.623	3.669.342
Total	<u>9.768.119</u>	<u>10.669.776</u>

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	2019	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	163.192	1,00%
Comissão de depósito	32.639	0,20%
Taxa de supervisão	5.305	0,00%
Custos de auditoria e do parecer de transformação do Fundo	16.873	0,10%
Total	<u>218.010</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	16.271.563	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,34%	

Encargos	2018	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	135.523	1,00%
Comissão de depósito	27.105	0,20%
Taxa de supervisão	4.736	0,00%
Custos de auditoria	11.114	0,10%
Total	<u>178.478</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	13.529.008	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,32%	

⁽¹⁾ Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

18. TERCEIROS - ATIVO

O saldo desta rubrica refere-se ao montante a receber resultante da venda de títulos no final de dezembro de 2019 cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de janeiro de 2020.

19. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Acréscimos de proventos:		
. Juros da carteira de títulos (Notas 3 e 5)	155.615	175.071
Despesas com custo diferido:		
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	20.833	1.615
	<u>176.448</u>	<u>176.686</u>

20. OUTRAS CONTAS DE CREDORES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões e taxas a pagar:		
. Custos de auditoria	6.218	6.338
. Taxa de supervisão	845	768
	<u>7.063</u>	<u>7.106</u>
Estado e outros entes públicos:		
. Imposto do Selo	2.073	1.854
	<u>9.136</u>	<u>8.960</u>

21. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Acréscimos de custos:		
. Comissão de gestão variável	141.315	-
. Comissão de gestão fixa	14.832	12.458
. Comissão de depósito	2.966	2.492
	<u>159.113</u>	<u>14.950</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas “Comissão de gestão fixa” e “Comissão de depósito” referem-se às comissões de gestão e de depósito e Imposto do selo à taxa legalmente em vigor, dos meses de dezembro de 2019 e 2018, as quais foram liquidadas pelo Fundo nos meses de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a rentabilidade acumulada do Fundo era superior à do benchmark pelo que foi registado um acréscimo de custos relativo à comissão de performance, no montante de 141.315 euros, incluindo o respetivo Imposto do Selo.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, apresentamos abaixo os erros de valorização ocorridos em 2019 e 2018:

2019			
Data do erro	Descrição dos erros	Montantes pagos ao Fundo	Montantes pagos aos participantes
25-06-2019	Erro no cálculo da comissão de gestão variável	-	-

2018			
Data do erro	Descrição dos erros	Montantes pagos ao Fundo	Montantes pagos aos participantes
02-05-2018	Alteração da data de vencimento de obrigações	-	-

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus ("COVID-19"). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente no valor de mercado dos ativos do Fundo, os quais sofreram já uma desvalorização significativa, tendo o valor da unidade de participação do Fundo atingido o valor de 103,16 dólares dos Estados Unidos em 28 de abril de 2020, correspondente a uma redução de 26% face ao seu valor em 31 de dezembro de 2019. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis. Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2019.

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 19)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados						
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de dívida pública:						
BRAZIL 10.25 1/10/28	1.572.881	8.082	(79.077)	1.501.885	62.014	1.563.899
Obrigações diversas:						
CMIGBZ 9 1/4 12/05/2	721.960	62.991	-	784.951	4.368	789.319
BANVOR 8 1/4 PERP	376.000	53.352	-	429.352	2.108	431.460
BEEFBZ 6 1/2 9/20/26	503.630	40.387	-	544.017	9.208	553.225
ALLLBZ 5 7/8 01/18/2	418.700	37.363	-	456.063	11.236	467.299
CSNABZ 7 PERP	375.400	84.390	-	459.790	681	460.471
BTGPBZ 5 1/2 01/31/2	486.200	37.180	-	523.380	11.458	534.838
JUSILO 7 3/4 07/26/2	249.875	20.393	-	270.268	8.288	278.556
CSANBZ 8 1/4 PERP	392.960	2.464	-	395.424	4.790	400.214
GOLLBZ 7 01/31/25	409.300	26.685	-	435.985	12.250	448.235
PETBRA 6.9 03/19/49	464.940	17.224	-	482.164	7.937	490.101
BRFSBZ 4.35 09/29/26	221.848	42.111	-	263.958	2.804	266.762
UNIGE 8 3/4 10/01/26	253.175	2.720	-	255.895	5.408	261.303
BANBRA 6 1/4 10/29/4	659.763	31.845	-	691.608	8.854	700.462
RUMOLX 7 3/8 2/09/24	161.010	764	-	161.774	4.333	166.106
BTGPBZ 7 3/4 02/15/2	125.188	7.448	-	132.635	3.633	136.268
PRUPAR 7 1/2 12/31/3	354.700	-	(1.287)	353.413	-	353.413
	<u>6.174.648</u>	<u>467.316</u>	<u>(1.287)</u>	<u>6.640.677</u>	<u>97.356</u>	<u>6.738.033</u>
Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE						
Obrigações diversas:						
KLAB 7 04/03/49	696.905	13.649	-	710.554	10.996	721.550
Outros instrumentos financeiros:						
iShares MSCI Brazil	3.491.247	1.017.974	-	4.509.221	-	4.509.221
Outros Valores						
Valores mobiliários estrangeiros não cotados						
Obrigações diversas:						
MRFGBZ 7 05/14/26	690.840	47.715	-	738.555	6.082	744.637
	<u>12.626.520</u>	<u>1.554.736</u>	<u>(80.364)</u>	<u>14.100.892</u>	<u>176.448</u>	<u>14.277.340</u>

ANEXO II

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 19)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados						
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de dívida pública:						
BNDES 5 3/4 09/26/23	482.500	37.835	-	520.335	7.507	527.842
BRAZIL 2 5/8 01/05/23	262.350	19.638	-	281.988	3.828	285.816
	<u>744.850</u>	<u>57.473</u>	<u>-</u>	<u>802.323</u>	<u>11.335</u>	<u>813.658</u>
Obrigações diversas:						
ALLLBZ 5 7/8 01/18/25	494.750	-	(16.770)	477.980	13.219	491.199
CSANBZ 5 03/14/23	464.375	16.815	-	481.190	7.361	488.551
JUSILO 7 3/4 07/26/24	498.218	-	(38.483)	459.735	16.576	476.311
PETBRA 5.999 01/27/28	272.792	1.632	-	274.424	7.420	281.844
SUZANO 5 3/4 07/14/26	269.875	-	(15.012)	254.863	6.628	261.491
PETBRA 5.299 01/27/25	250.250	-	(11.485)	238.765	5.698	244.463
BEEFBZ 6 1/2 09/20/26	198.600	-	(12.660)	185.940	3.611	189.551
	<u>2.448.860</u>	<u>18.447</u>	<u>(94.410)</u>	<u>2.372.897</u>	<u>60.513</u>	<u>2.433.410</u>
Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE						
Obrigações diversas:						
BCOBMG 8 7/8 08/05/20	612.700	14.456	-	627.156	21.448	648.604
CMIGBZ 9 1/4 12/05/24	632.960	4.678	-	637.638	3.854	641.492
BANVOR 8 1/4 PERP	568.000	27.242	-	595.242	3.163	598.405
LIGTBZ 7 1/4 05/03/23	578.900	-	(4.994)	573.906	6.888	580.794
BRFSBZ 4.35 09/29/26	524.475	-	(7.341)	517.134	6.598	523.732
NATURA 5 3/8 02/01/23	488.650	11.385	-	500.035	11.123	511.158
BTGPBZ 5 1/2 01/31/23	486.200	-	(1.170)	485.030	11.458	496.488
DAYCOV 5 3/4 03/19/19	451.487	-	(1.668)	449.819	7.259	457.078
CSNABZ 7 PERP	450.000	-	(3.126)	446.874	817	447.691
BABC 7,875% 04/08/20	424.480	-	(11.540)	412.940	7.175	420.115
BANBRA 9 06/29/49	389.400	17.400	-	406.800	1.200	408.000
ITAU 6 1/2 PERP	279.375	4.500	-	283.875	5.471	289.346
BRADES 5,75% 03/01/22	257.125	-	(1.167)	255.958	4.752	260.710
ITAU 5,65% 03/19/22	250.075	5.300	-	255.375	3.963	259.338
ELEBR 5,75% 10/27/21	256.500	-	(5.472)	251.028	2.515	253.543
BANBRA 6 1/4 10/29/49	215.313	-	(950)	214.363	3.255	217.618
BRADES 6 3/4 09/29/19	216.500	-	(12.226)	204.274	3.413	207.687
SABES 6,25% 12/16/20	192.000	8.424	-	200.424	486	200.910
	<u>7.274.140</u>	<u>93.385</u>	<u>(49.654)</u>	<u>7.317.871</u>	<u>104.838</u>	<u>7.422.709</u>
Outros instrumentos financeiros:						
IShares MSCI Brazil	3.178.066	333.698	-	3.511.764	-	3.511.764
	<u>13.645.916</u>	<u>503.003</u>	<u>(144.064)</u>	<u>14.004.855</u>	<u>176.686</u>	<u>14.181.541</u>

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do EuroBIC - Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 15.427.524 dólares dos Estados Unidos e um total do capital do Fundo de 15.259.275 dólares dos Estados Unidos, incluindo um resultado líquido de 2.359.684 dólares dos Estados Unidos), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do EuroBIC – Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme descrito nas notas anexas às demonstrações financeiras, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus ("COVID-19"). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente no valor de mercado dos ativos do Fundo, os quais sofreram já uma desvalorização significativa. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis.

PA

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Conforme divulgado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 o investimento do Fundo em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo ascendia a 4.509.221 euros (29,55% do valor líquido global do Fundo). Na sequência da sua transformação em Fundo harmonizado ocorrida em 21 de dezembro de 2019, o Fundo passou a estar sujeito ao cumprimento do limite previsto no nº 1 do artigo 177.º da Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual estabelece que o Fundo não pode investir mais de 20% do seu valor líquido global em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo. Esta situação foi regularizada no dia 28 de abril de 2020, com a venda parcial do referido organismo de investimento coletivo. É convicção do Conselho de Administração da Sociedade Gestora que não resultarão quaisquer contingências para o Fundo decorrentes do incumprimento deste limite.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização das obrigações (Notas 3 e 4 d))

<p>O Fundo valoriza os valores mobiliários em carteira ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as regras descritas na Nota 4 d) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A valorização das obrigações em carteira requer a aplicação de julgamento do órgão de gestão da Sociedade Gestora, nomeadamente na definição das fontes de valorização a considerar para a determinação do justo valor. Tendo em conta este aspeto e que o investimento em obrigações representa cerca de 62% do total do ativo líquido, a valorização destes ativos foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Análise dos procedimentos de controlo interno relevantes implementados pela Sociedade Gestora relativos à valorização das obrigações.</p> <p>Análise da razoabilidade das cotações utilizadas pela Sociedade Gestora para a valorização das obrigações em carteira em 31 de dezembro de 2019, incluindo o teste às cotações consideradas pela Sociedade Gestora.</p> <p>Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com a valorização das obrigações, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>
--	--

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, sobre o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

PA

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC na sua constituição para um mandato anual, o qual foi sucessivamente renovado;
- O órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor, designadamente a emissão de um relatório de conclusões factuais requerido no âmbito do processo de transformação do Fundo em organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (harmonizado).

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de abril de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC